

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

1 Contexto operacional

A Litel Participações S.A. ("Litel" ou "Companhia") foi constituída em 21 de julho de 1995 e tem por objetivo a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais com sede no Brasil ou no exterior, como sócia cotista ou acionista, quaisquer que sejam os objetos sociais. A Companhia possui participações de forma indireta na Vale S.A. ("Vale"), direta e indireta na Valepar S.A. ("Valepar") e direta na Litela Participações S.A. ("Litela") e na Litelb Participações S.A. ("Litelb"). A Litel e as controladas Litela e Litelb, são conjuntamente denominadas Grupo.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Litelb e Litela são sociedades por ações de capital fechado, integralmente controladas pela Companhia, cujo objeto é a participação direta ou indireta no capital da Valepar.

A Valepar é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto, exclusivamente, participar como acionista controlador da Vale S.A., portanto, esta empresa está sujeita aos riscos nos quais a Vale S.A. incorre.

A Vale é uma sociedade anônima de capital aberto, que tem como atividade preponderante a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, fertilizantes, cobre, carvão, manganês, ferro-ligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos.

A Companhia é signatária de instrumento particular de Acordo de Acionistas em conjunto com os demais acionistas da Valepar, o qual regula os respectivos direitos e obrigações decorrentes de sua condição de titulares da totalidade do capital social e, como tal, responsáveis pela eleição dos administradores da Valepar e por sua orientação para o fim de exercer o poder de controle em assembleias gerais e reuniões do Conselho de Administração, bem como o de buscar uma administração compartilhada da Vale.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foi autorizada pela Administração, em 29 de março de 2016.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de apresentação

Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

2.2 Consolidação

a. Controladas

Entidades controladas são aquelas, nas quais, de forma direta ou indireta a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para obtenção de benefícios de suas atividades, normalmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos de voto (capital votante).

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia refletem os saldos de ativos, passivos e patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, e as operações da Companhia e de suas controladas diretas Litela e Litelb para aqueles exercícios.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

b. Empreendimentos controladas em conjunto e coligadas

Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em controladas em conjunto e coligadas inclui ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de seus empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado. A participação do Grupo nos resultados abrangentes de seus empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado abrangente. A participação do Grupo nas demais movimentações patrimoniais de seus empreendimentos controlados em conjunto e coligadas são reconhecidos de forma reflexa no patrimônio líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma controlada em conjunto e coligada for igual ou superior a sua participação na controladas em conjunto, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em seu nome.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e seus empreendimentos controlados em conjunto são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas em conjunto e coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação acionária for reduzida, mas for retido o controle conjunto ou a influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em empreendimentos controlados em conjunto, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em função de o ágio (*goodwill*), integrar o valor contábil dos empreendimentos controlados em conjunto, ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é testado como um único ativo, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável, quando haja evidência de que o investimento possa estar deteriorado. Tal evidência pode ser obtida pela existência de uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo.

As participações da Companhia nas suas controladas e na controlada em conjunto são as seguintes:

Controladas	% de participação no capital total
Diretas (consolidadas)	
Litela Participações S.A.	100
Litelb Participações S.A.	100
Em conjunto (avaliadas pelo métodos de equivalência patrimonial)	
Valepar S.A. (*)	58,07
Indireta em conjunto (avaliadas pelo métodos de equivalência patrimonial)	
Vale S.A.	19,57

(*) Inclui 52,98% de participação direta e 5,08% de participação indireta por meio da Litela Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

c. *Demonstrações financeiras individuais*

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As informações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

Os ajustes de conversão e de instrumentos financeiros reconhecidos no patrimônio líquido das investidas são registrados de maneira reflexa em outros resultados abrangentes no momento do ajuste da equivalência patrimonial.

2.4 Ativos Financeiros

a. *Classificação*

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as categorias de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

b. *Empréstimos e recebíveis*

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Ações resgatáveis ativas".

c. *Reconhecimento e mensuração*

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

d. *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5 Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Para ativos não financeiros de longa duração quando há indicação de redução do valor recuperável é identificado o menor grupo de ativos para os quais existam fluxos de caixa separadamente identificável (“unidade geradora de caixa” ou “UGC”) e é realizado teste de impairment para identificar o valor recuperável desses ativos agrupados. Se identificada a necessidade de ajuste, o mesmo é apropriado a cada ativo. O valor recuperável é maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda.

Os saldos de goodwill são testados para impairment pelo menos uma vez por ano.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata e vencimento original em até três meses.

2.7 Ações resgatáveis ativas

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia detinha ações resgatáveis, reconhecidas como ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis. O valor era registrado inicialmente ao seu valor justo líquido dos custos de transação. Prospectivamente, a remuneração fixa que era conferida aos seus titulares era reconhecida pelo método de custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Tais ações foram integralmente resgatadas durante o exercício de 2015.

2.8 Ações resgatáveis passivas

As ações resgatáveis passivas eram reconhecidas inicialmente a valor justo. Prospectivamente, os custos financeiros, correspondentes à remuneração fixa, eram reconhecidos pelo método de custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As ações resgatáveis eram classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Tais ações foram integralmente resgatadas durante o exercício de 2015.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

2.9 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.10 Capital social

O capital social, está representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado.

2.11 Demonstração do valor adicionado

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado (DVA), consolidadas e da controladora, de acordo com os pronunciamentos do CPC 09, que são apresentadas como parte integrante das informações contábeis conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de informações contábeis.

3 Pronunciamentos contábeis

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Sociedade estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, desde que implementadas no Brasil pelo CPC e aprovadas pelo CFC.

- **IFRS 9 Financial instruments** - Em julho 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Companhia não espera impactos significativos na adoção deste pronunciamento.
- **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers** - Em maio de 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15 - Revenue from Contracts with customers, que trata do reconhecimento das receitas de contrato de clientes de acordo com a transferência de bens e serviços envolvidos para o cliente, em valores que reflitam o pagamento ao qual a companhia espera ter direito na transferência desses bens e serviços, e substitui o IAS 18 - Revenue, o IAS 11 - Construction contracts e as interpretações relacionadas. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Companhia está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis.
- **IFRS 16 Leases** - Em janeiro de 2016 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 16, que define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de leases (arrendamentos). O IFRS 16 substitui o IAS 17 – Leases e interpretações relacionadas. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis.

4 Gestão de riscos

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar sua estratégia de crescimento e flexibilidade financeira. Os riscos aos quais a Companhia está exposta decorrem substancialmente, das operações realizadas pela Vale.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

A Vale desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tanto, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com ela (risco de crédito), aqueles inerentes aos processos produtivos (risco operacional) e aqueles oriundos do risco de liquidez.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Disponibilidades	5	3	17	13
Fundos de Investimentos	28.194	20.422	28.691	21.341
Operações compromissadas DI	10.694	17.860	11.429	23.505
	<u>38.894</u>	<u>38.285</u>	<u>40.136</u>	<u>44.859</u>

Está representada substancialmente pelos depósitos bancários à vista e em aplicações em fundos de investimentos de curto prazo, administrados pela BB Administração de Ativos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Banco do Brasil) e cuja política de investimento consiste na aplicação de recursos em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados a média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou à taxa Selic, gerando rentabilidade de 101% do CDI (101% em 2014) e aplicações em operações compromissadas.

6 Tributos a recuperar ou compensar

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	302.003	674.828	302.121	674.945
IRRF sobre recebimentos de JCP	82.105	191.879	82.775	193.277
IRRF sobre aplicações financeiras	2.058	827	2.351	1.012
Antecipações de IRPJ e CSLL	7.272	17.805	7.325	17.986
	<u>393.439</u>	<u>885.339</u>	<u>394.572</u>	<u>887.220</u>
Ativo Circulante	393.439	138.982	394.572	140.863
Ativo não circulante	-	746.357	-	746.357
	<u>393.439</u>	<u>885.339</u>	<u>394.572</u>	<u>887.220</u>

Os tributos a recuperar classificados no ativo circulante correspondem aos montantes estimados a serem compensados em até 12 meses.

7 Investimentos

Investimentos – controladora

Dados das controladas	Litela	Litelb	Valepar
Patrimônio Líquido em:			
31 de dezembro de 2014	2.678.851	962	49.209.592
31 de dezembro de 2015	2.483.943	948	47.881.176

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Lucro (prejuízo) líquido em:

31 de dezembro de 2014	(30.228)	266	(399.844)
31 de dezembro de 2015	(733.016)	80	(14.337.161)

Percentual de participação em:

31 de dezembro de 2014	100%	100%	52,98%
31 de dezembro de 2015	100%	100%	52,98%

Quantidade de ações possuídas em:

31 de dezembro de 2014	28.386.271	800	838.308.129
31 de dezembro de 2015	28.386.271	800	838.308.129

Movimentação dos investimentos	Litela	Litelb	Valepar	Total
Saldos em 31/12/2013	2.694.635	697	25.417.094	28.112.426
Aumento de capital			820.531	820.531
Equivalência patrimonial	(30.228)	266	(211.854)	(241.816)
Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos ou propostos	(102.947)		(1.176.246)	(1.279.193)
Ajuste reflexo em operações com minoritários de subsidiárias da VALE	(2.230)		(23.246)	(25.476)
Ajustes de avaliação patrimonial - Reflexo das controladas	119.621		1.246.998	1.366.619
Saldos em 31/12/2014	2.678.851	962	26.073.278	28.753.091
Equivalência patrimonial	(733.016)	81	(7.596.421)	(8.329.356)
Juros sobre o Capital Próprio	(44.019)		(503.349)	(547.368)
Ajuste reflexo em operações com minoritários de subsidiárias da VALE	(36.726)		(382.842)	(419.568)
Aumento de capital com créditos de acionistas			1.327.518	1.327.518
Ajustes de avaliação patrimonial - Reflexo das controladas	618.853	(95)	6.451.243	7.070.001
	2.483.943	948	25.369.427	27.854.319
Ágio sobre investimento			369.555	369.555
Saldo de investimentos em 31/12/2015	2.483.943	948	25.738.982	28.223.874

A movimentação de proventos deliberados e recebidos pela Companhia, referentes aos exercícios 2015 e 2014, está composta da seguinte forma:

	2015	2014
Saldo Inicial	1.324.538	1.260.849
Recebimentos de JCP e Dividendos	(107.804)	(203.096)
JCP e Dividendos deliberados	547.368	1.279.195
IRRF sobre JCP deliberados	(82.105)	(191.879)
Aumento de Capital Valepar	(1.327.518)	(820.531)
	354.479	1.324.538

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

i. Valepar S.A.

O objeto social da Valepar é exclusivamente o de participar como acionista no capital social da Vale, da qual possui 1.716.435 mil ações ordinárias e 20.340 ações preferenciais representativas de 33,70% do capital total e 53,90% do capital votante, ambos os percentuais desconsiderando as ações em tesouraria, sendo 1.265.316 mil ações ordinárias adquiridas em leilão de privatização, 303.272 mil ações ordinárias através de incorporação ao seu capital das ações detidas anteriormente pela Litel e, em julho de 2008, a Valepar adquiriu 168.187 mil ações, sendo 147.847 mil ações ordinárias e 20.340 mil ações preferenciais, através de Oferta Global de Ações da Vale.

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da Valepar era dividido em 1.601.472 mil ações, sendo 1.300.906 mil ações ordinárias e 281.281 mil ações preferenciais de classe A.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Valepar é dividido em 1.582.187 mil ações, sendo 1.300.906 mil ações ordinárias, e 281.281 mil ações preferenciais classe A.

Em 31 de dezembro de 2014 a Valepar possuía ações resgatáveis no total de 19.286 mil ações preferenciais classe C, todas nominativas e sem valor nominal, e eram registradas como instrumento de dívida. Tais ações foram integralmente resgatadas durante o exercício de 2015.

O investimento direto da Litel na Valepar corresponde a 838.309 mil ações representativas de 52,98% do capital total da Valepar.

Adicionalmente, a Litelb Participações S.A. adquiriu em 2008 25.862 mil ações preferenciais resgatáveis da Classe C emitidas pela Valepar S.A.

Em 30 de abril de 2015 a Valepar pagou à Companhia o montante de R\$ 76.297 referente ao saldo parcial da deliberação de JCP ocorrida em junho de 2014.

Em 31 de outubro de 2015 a Valepar pagou à Companhia o montante de R\$ 23.843 referente ao saldo parcial da deliberação de JCP ocorrida em junho de 2014.

Em 23 de dezembro de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária realizada na Valepar decidiu pelo aumento de capital sem emissão de novas ações, mediante a capitalização dos créditos de titularidade de acionistas detentores das ações ordinárias e preferenciais classe A, referentes à parcela não liquidada financeiramente dos juros sobre o capital próprio ("JCP") deliberados em 26 de junho de 2014, 18 de dezembro de 2014 e 22 de junho de 2015. A Litel aportou diretamente na investida o montante de R\$ 1.327.518 e por meio de sua controlada Litela o montante de R\$ 127.346.

ii. Litela Participações S.A.

O saldo de investimento corresponde a 28.386 mil ações ordinárias representativas de 100% do capital total e votante da Litela, empresa constituída em 30 de janeiro de 2003. O objeto social da Litela é exclusivamente o de participar como acionista no capital social da Valepar, da qual possui 80.417 mil ações preferenciais classe A, representativas de 5,08% do capital total excluindo-se as ações resgatáveis, adquiridas por meio da compra das ações integrantes do lotes de ações ofertados pela Sweet River Investments Ltda.

Em 29 de dezembro de 2015 a Litela deliberou à Companhia R\$ 200 à título de JCP referente a distribuição de reserva de lucros a realizar.

iii. Litelb Participações S.A.

Em 3 de julho de 2008, a Litel adquiriu 799 ações da companhia Thera Participações S.A, no valor de R\$ 790,00, representativas de 100% de seu capital social, e na mesma data, em Assembléia Geral Extraordinária alterou a razão social da companhia que passou a ser denominada Litelb Participações S.A. O objeto da Companhia é o de participar como acionista na emissão das ações preferenciais resgatáveis da Classe C da Valepar.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Ações resgatáveis – ativo

Em 10 de julho de 2008, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária da controlada Litelb, a emissão de ações preferenciais resgatáveis Classe A no montante de R\$ 1.500.000 mediante a emissão de 7.772 mil ações nessa forma. A Companhia subscreveu a totalidade destas ações com os recursos aportados pelo acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI com o objetivo de captar recursos para aquisição de ações resgatáveis emitidas pela Valepar pelo mesmo montante acima.

As características das ações preferenciais resgatáveis classe A, emitidas pela Litelb são as seguintes:

1. Direito pleno de voto nas assembleias gerais da Controlada Litelb.
2. Dividendos fixos cumulativos a serem pagos semestralmente, a partir do ano de 2009, com base em uma taxa pré-fixada de 16% ao ano. O valor a ser recebido em cada semestre será o valor em reais equivalente ao *Parâmetro Pré* (conforme definido abaixo) multiplicado por R\$ 193,00 (cento e noventa e três reais).

$$\text{Parâmetro Pré} = \{(1 + \text{TaxaPré})^{(N/252)} - 1\}.$$

3. Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas na Litelb em 05 de maio de 2015 e 05 de novembro de 2015 foram aprovados os resgates das ações preferenciais da Sociedade ao valor unitário de R\$ 193,00. Em cada aprovação, a Companhia fez jus ao montante conforme tabela abaixo:

Data do resgate	Quantidade	Valor
5 de maio de 2015	847.640	163.547
5 de novembro de 2015	847.640	163.547
	1.695.280	327.094

Os recursos aportados na Litelb foram integralmente utilizados na controlada em conjunto Valepar que também emitiu ações preferenciais resgatáveis com direito a dividendo fixo cumulativo. O objetivo final desta operação foi manter o percentual de participação e o controle acionário da Vale pela Valepar.

Em 5 de maio de 2014, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Litelb a distribuição de dividendos fixos das ações preferenciais da Companhia no montante de R\$ 24.162.

Em 5 de novembro de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Litelb a distribuição de dividendos fixos das ações preferenciais da Companhia no montante de R\$ 13.103.

Tendo em vista a liquidação da operação de ações resgatáveis ocorrida no último trimestre de 2015, a administração da Companhia está estudando a incorporação da Litelb ao longo do exercício de 2016, por não possuir outras operações relevantes. É importante destacar, que caso tal incorporação ocorra, não produzirá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Litel.

8 Investimentos - consolidado

i. Valepar S.A.

	2015	2014
Valepar	25.369.428	26.073.278
Valepar (participação indireta no investimento da Litelb)	2.433.630	2.501.148
Valepar (participação indireta no investimento da Litelb)	-	95
	<u>27.803.058</u>	<u>28.574.521</u>
Ágio sobre o investimento da Litel na Valepar	369.555	369.555

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Ágio sobre o investimento da Litelb na Valepar	403.345	403.345
	772.900	772.900
	28.575.958	29.347.421

A amortização do ágio teve início em abril de 2001 e o saldo foi amortizado, de forma linear, até 31 de dezembro de 2008. O ágio não está sendo amortizado estando, porém, sujeito ao teste de recuperabilidade (*impairment*).

Ações resgatáveis – ativo

As ações resgatáveis emitidas pela Valepar e aportadas na Litelb correspondem a 5.641 mil (15.176 mil em 31 de dezembro de 2013) ações preferenciais resgatáveis da Classe C adquiridas em julho de 2008. O investimento da Litelb em ações desta classe representam 29,25% do total das ações emitidas pela Valepar.

As características das ações preferenciais resgatáveis da Classe C, são as seguintes:

1. Não possuem direito a voto nas assembleias gerais da Valepar, exceto nas hipóteses previstas em Lei.
2. Dividendos fixos cumulativos a serem pagos semestralmente, a partir do ano de 2009, com base em uma taxa pré-fixada de 16% ao ano. O valor a ser recebido em cada semestre será o valor em reais equivalente ao *Parâmetro Pré* (conforme definido abaixo) multiplicado por R\$ 58,00.

$$\text{Parâmetro Pré} = \{(1 + \text{TaxaPré})^{(N/252)} - 1\}.$$

3. Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas na Valepar em 30 de abril de 2015 e 30 de outubro de 2015 foram aprovados os resgates das ações preferenciais ao valor unitário de R\$ 193,00. Em cada aprovação, a Companhia fez jus ao montante conforme tabela abaixo:

<u>Data do resgate</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>
30 de abril de 2015	2.820.594	163.547
30 de outubro de 2015	2.820.594	163.547
	5.641.188	327.094

Ações preferenciais resgatáveis Classe C

A Companhia, com o objetivo de manter o percentual de participação e o controle acionário da Vale pela Valepar, emitiu 7.772.020 ações preferenciais resgatáveis Classe C com direito a dividendo fixo cumulativo, que foram subscritas em sua totalidade pelo acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI ao valor unitário de R\$ 193,00. O valor total da captação correspondeu ao montante de R\$ 1.500 que foram aportados, na mesma data, em sua controlada Litelb, sendo que essa última repassou esses recursos para Valepar, também na forma de ações preferenciais resgatáveis. As ações preferenciais resgatáveis Classe C tem como características principais:

- (i) Conferem aos seus titulares todos os direitos atribuídos pelo estatuto social às ações ordinária da Companhia, com exceção do direito de voto.

Adicionalmente está assegurado o direito a voto nas ocasiões previstas em Lei.

- (ii) Dividendos fixos cumulativos a serem pagos semestralmente, a partir do ano de 2009 (em maio e em novembro), correspondente a uma taxa pré-fixada de 16% a.a. O valor a ser pago em cada semestre será o valor em reais equivalente ao *Parâmetro Pré* (conforme definido abaixo) multiplicado por R\$ 193,00 e está limitado ao valor efetivamente recebido pela Companhia a título de dividendos fixos cumulativos a serem distribuídos pela controlada Litelb.

$$\text{Parâmetro Pré} = \{(1 + \text{TaxaPré})^{(N/252)} - 1\}$$

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

- (iii) Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas na Companhia em 05 de maio de 2015 e 05 de novembro de 2015 foram aprovados os resgates das ações preferenciais ao valor unitário de R\$ 193,00. Os resgates ocorreram conforme tabela abaixo:

<u>Data do resgate</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>
5 de maio de 2015	847.640	163.547
5 de novembro de 2015	847.640	163.547
	<u>1.695.280</u>	<u>327.094</u>

- (iv) Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 5 de maio de 2015 e 5 de novembro de 2015, foram aprovadas as distribuições de dividendos fixos das ações preferenciais da Companhia. O acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI fez jus ao montante de R\$ 37.264 (R\$ 24.161 em maio e R\$ 13.103 em novembro).

9 Tributos e contribuições a pagar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
IRPJ e CSLL	14	5.265	15	5.260
PIS e COFINS	204	50.669	208	55.130
IR incidente s/ JCP	-	-	30	-
	<u>218</u>	<u>55.934</u>	<u>253</u>	<u>60.390</u>

10 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado, que compõe o patrimônio líquido para fins contábeis, em 31 de dezembro 2015 e de 2014 é composto por 275.514.349 ações, sendo 247.128.345 ações ordinárias, 730 ações preferenciais Classe A e 28.385.274 ações preferenciais classe B, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da Companhia.

Os acionistas em 31 de dezembro 2015 e 2014 são os seguintes:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de ações</u>							
	<u>ON</u>	<u>%</u>	<u>PNA</u>	<u>%</u>	<u>PNB</u>	<u>%</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Fundo de Investimento em Ações Banco do Brasil Carteira Ativa	193.740.121	78,40	103	14,11	28.385.274	100	222.125.498	80,62
Fundo de Investimento em Ações Carteira Ativa II	31.688.443	12,82	26	3,56	-	-	31.688.469	11,50
Fundo de Investimento em Ações Carteira Ativa III	19.115.620	7,74	15	2,05	-	-	19.115.635	6,94
Singular Fundo de Investimento em Ações	2.583.919	1,04	2	0,27	-	-	2.583.921	0,94
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI	22	-	146	20	-	-	168	-
Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS	73	-	146	20	-	-	219	-
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	73	-	146	20	-	-	219	-
Fundação CESP	73	-	146	20	-	-	219	-
Conselheiros	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>
	<u>247.128.345</u>	<u>100</u>	<u>730</u>	<u>100</u>	<u>28.385.274</u>	<u>100</u>	<u>275.514.349</u>	<u>100</u>

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

b. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite fixado pela legislação societária de 20% do capital social. O saldo é de R\$ 1.421 e atingiu o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de lucros a realizar

Constituída em função de lucros existentes economicamente, mas não disponíveis financeiramente, oriundos dos ajustes do investimento pelo método da equivalência patrimonial. Essa reserva, no montante de R\$ 5.854.367, que poderá ser incorporada ao capital social ou distribuída como dividendos na medida em que os lucros forem realizados ou tornarem-se financeiramente disponíveis.

d. Distribuição de resultados

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a lei societária. O montante de passivos circulantes correspondentes aos dividendos a pagar representam obrigações da Companhia junto a seus acionistas. A Companhia delibera sobre o pagamento desses passivos com base no fluxo de dividendos que são recebidos da Valepar. A administração acredita que os dividendos adicionais a serem recebidos de Valepar no futuro, serão suficientes para quitar os dividendos em aberto, além dos dividendos mínimos obrigatórios gerados anualmente.

e. Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

f. Dividendos e juros sobre capital próprio

Em 23 de fevereiro de 2015, os diretores da Companhia autorizaram a liquidação financeira de juros sobre o capital próprio remanescentes da distribuição deliberada na RCA realizada em 30 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 220.311;

Em 05 de maio de 2015, os diretores da Companhia autorizaram a liquidação financeira dos seguintes proventos:

- (i) Juros sobre o capital próprio remanescentes da distribuição deliberada na RCA realizada em 30 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 106.288;
- (ii) Saldo parcial de juros sobre o capital próprio deliberados na RCA realizada em 29 de junho de 2012, no valor de R\$ 185.392.

Em 30 de junho de 2015, o Conselho de Administração da Litel deliberou R\$ 547.168 à título de Juros sobre o Capital Próprio, relativo a reversão parcial da reserva de lucros a realizar constituída em exercícios anteriores.

Em 05 de novembro de 2015, os diretores da Companhia autorizaram a liquidação financeira de parte dos juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de junho de 2012, no valor de R\$ 117.082.

Em 29 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Litel deliberou R\$ 6.000 à título de Juros sobre o Capital Próprio, relativo a reversão parcial da reserva de lucros a realizar constituída em exercícios anteriores.

A movimentação de proventos propostos e pagos pela administração aos acionistas da Companhia referentes aos exercícios de 2015 e 2014 está composta da seguinte forma:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

	2015	2014
Saldo Inicial	4.153.612	3.243.216
Pagamentos de JCP e Dividendos	(629.073)	(294.350)
JCP e Dividendos deliberados a pagar	553.168	1.204.746
	<u>4.077.707</u>	<u>4.153.612</u>

11 Despesas operacionais e resultado financeiro

As despesas são demonstradas nos quadros como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Despesas gerais e administrativas				
Serviços (consultoria, infraestrutura e outros)	(2.930)	(2.403)	(3.866)	(3.247)
Outros	(68)	(576)	(135)	(868)
	<u>(2.997)</u>	<u>(2.979)</u>	<u>(4.001)</u>	<u>(4.115)</u>
Despesas financeiras				
Ações resgatáveis passivo	(28.872)	(99.746)	(28.872)	(99.746)
Tributos e Contribuições sobre receitas financeiras	(51.720)	(118.326)	(56.218)	(128.763)
Outras despesas financeiras	(403)	-	(404)	-
	<u>(80.996)</u>	<u>(218.072)</u>	<u>(85.495)</u>	<u>(228.509)</u>
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	12.061	4.553	13.190	6.155
Variações monetárias	46.650	64.436	46.782	64.565
Ações resgatáveis ativo	28.872	99.746	28.896	99.958
	<u>87.582</u>	<u>168.735</u>	<u>88.868</u>	<u>170.678</u>
Resultado financeiro líquido	<u>6.587</u>	<u>(49.337)</u>	<u>3.373</u>	<u>(57.831)</u>

12 Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e de outras naturezas. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela administração em conjunto com seus consultores jurídicos internos e externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Companhia constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não possui processos considerados como de perda provável.

Os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras. A Litel é parte de um Procedimento Arbitral instaurado pela Elétron S.A. contra a Companhia e a Bradespar S.A., no qual a Elétron requer o direito de adquirir um número específico de ações ordinárias da Valepar S.A., e ser indenizada por eventuais perdas e danos. Nas sentenças parcial e final proferidas, respectivamente, nos anos de 2009 e 2011, o Tribunal Arbitral decidiu que a Bradespar e a Litel, de forma solidária estão obrigadas a proceder à venda de 37.500.000 ações ordinárias da Valepar S.A. à Elétron contra o pagamento de R\$ 632.007 corrigido pela UFIR-RJ, entre 12 de junho de 2007 e a data de seu efetivo pagamento, além de dividendos e juros sobre o capital próprio efetivamente pagos às ações objeto de transferência, a partir de 11 de junho de 2007. A Litel, por meio de seus advogados, ingressou com ação anulatória contra a sentença parcial e outra ação anulatória contra a sentença final e os mesmos entendem que os prognósticos de êxito em ambas as ações anulatórias é possível e tais êxitos significariam a extinção das obrigações decorrentes de todo procedimento arbitral.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Ainda relacionado a arbitragem supra mencionada, a Litel também é parte numa ação de execução de sentença arbitral proposta pela Eletrón S.A. em face em da Litel e da Bradespar de forma a compeli-las à venda de 37.500.000 Ações Ordinárias da Valepar. Contra tal ação de execução os advogados da Litel apresentaram embargos à execução, o qual foi provido com efeito suspensivo. Posteriormente a Eletrón pleiteou a conversão da obrigação de fazer em perdas e danos, tendo o juízo acatado o pedido. Atualmente o processo encontra-se em fase de liquidação para a apuração dos valores em discussão. Os Advogados classificam a perda como possível. Dentro do mesmo contexto da ação de execução, a Eletrón S.A. instaurou um novo procedimento arbitral visando o ressarcimento dos eventuais prejuízos que ainda serão apurados no decorrer da Arbitragem

A Litel também é parte em outro Procedimento Arbitral instaurado pela Elétron S.A. contra a Companhia, Bradesplan, Clube de Investimentos dos Empregados da Vale - Investvale e Sweet River Investments, no qual a Elétron requer em síntese, a condenação das Requeridas por supostos prejuízos correspondentes à diminuição indevida de sua participação no capital social da Valepar, considerada a época do aumento de capital, abrangendo os lucros cessantes, incluindo mas não se limitando aos dividendos e lucros sobre capital próprio. O valor da causa, neste momento, é indeterminável, uma vez que sua apuração dependeria de perícia técnica. Os advogados da Litel classificam a possibilidade de perda como possível.

13 Partes relacionadas e remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia não tem quaisquer saldos e (ou) transações inseridas ou não inseridas no seu contexto operacional, bem como não possui quaisquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores, clientes ou financiadores com os quais a empresa mantém uma relação comercial.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não houve qualquer remuneração do pessoal-chave da administração, assim como nenhum outro tipo de benefício.

* * *

Gueitiro Matsuo Genso - Diretor Presidente
Gilmar Dalilo Cezar Wanderley - Diretor Financeiro
Renato Proença Lopes - Diretor Administrativo
Marcel Juvinião Barros – Diretor sem designação específica
Marcelo Martins da Fonseca – Contador CRC RJ 086974/O